CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO

14ª LEGISLATURA - 56ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA SESSÃO ESPECIAL

PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO

REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2025.

Às nove horas e trinta minutos do dia quatorze de abril de dois mil e vinte e cinco, sexta- feira, realizou-se a **Sessão Especial da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura** da Câmara Municipal de Porto Velho, no Plenário Bohemundo Álvares Afonso, em sua sede própria, na Rua Belém, nº. 139, Embratel, nesta Capital, Estado de Rondônia, presidida pel Vereador Dr. Santana, e secretariada pelo Vereador Everaldo Fogaça. Após cumprimentar os presentes, convidou para tomarem assento à Mesa de autoridades: **Tércia Marília,** Secretária-adjunta da Semias (Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social), **Mariana Aguiar Prado**, Secretária – adjunta da SEMUSA (Secretaria Municipal de Saúde) – SEMUSA, **Dr. Frank Sena**, vice-presidente dos direitos sociais da OAB, **Dr. Francisco Mateus,** presidente da Comissão de Direitos Sociais da OAB, **Rafael Will,** coordenador jurídico da SEMED, **Francisca das Chagas,** chefe da assessoria técnica da SEMED (Secretaria Municipal de Educação), **Alany Gomes da Silva,** Coordenadora de Desenvolvimento Social da SEAS (Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social), após a mesa composta , cumprimentou as demais autoridades e a população presente. Logo após, invocou a proteção de Deus e deu início à Sessão Especial. Posteriormente, convidou a todos para acompanharem, de pé, a execução do Hino Nacional. A seguir, fez-se a leitura da **ORDEM DO DIA**, que tratou de Audiência Pública com a finalidade de discutir sobre discutir sobre a **"Proposta de Melhorias para a Comunidade da Vila Princesa".** Seguidamente, o presidente da audiência, vereador Dr. Santana, deu início aos trabalhos cumprimentando a mesa diretora. **O vereador Dr. Santana** iniciou sua fala agradecendo a presença dos secretários, vereadores, e moradores da Vila Princesa. O vereador destacou que a audiência pública tem como objetivo dar voz à população, reforçando que o parlamento está voltado para atender suas demandas. Ressaltou a importância de aprimorar as políticas públicas para que cheguem efetivamente à comunidade, especialmente nas áreas de infraestrutura, regularização fundiária, reaproveitamento dos catadores e continuidade do programa Mondadas, voltado ao auxílio temporário. Informou que foram convidados para participar da audiência a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Obras, o Ministério Público, a Sendestur, associações de catadores, a Comissão de Direitos Humanos e a CAERD, ressaltando a necessidade de levar rede de água à comunidade da Vila Princesa, já que uma adutora passa próxima ao local. Para fazer uso da palavra moradora da Vila Princesa, **senhora Mari**; A moradora Mari da Vila Princesa, agradeceu ao vereador Dr. Santana pela realização da audiência pública, destacando que a comunidade há muito tempo estava esquecida, situação que se agravou após o fechamento do lixão. Relatou que a vila sofre com falta de infraestrutura básica, especialmente de água, já que o único poço existente não consegue atender a todos os moradores, citando a Rua da Paz como a mais prejudicada. Mari também lembrou que os

Documento assinado digitalmente.Acesse https://ecmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC A8A69219

moradores recebiam o auxílio Mondadas por 12 meses, mas, após o término, não houve renovação sob a justificativa de falta de orçamento. Ela defendeu que a comunidade tem direito de continuar recebendo esse apoio, já que muitos trabalharam no lixão em prol do meio ambiente. Além disso, destacou que a Vila Princesa não é regularizada, não possui infraestrutura adequada e enfrenta dificuldades no acesso à educação, pois as crianças só têm escola até a quinta série na comunidade. Para continuar os estudos, precisam pagar transporte escolar até Porto Velho ou depender de ônibus gratuitos para escolas distantes, a cerca de uma hora de viagem. Mari reconheceu avanços na iluminação pública, fruto de pedidos do vereador e do prefeito Léo Moraes, mas reforçou que a comunidade ainda precisa de mais atenção das autoridades para melhorar as condições de vida. Para fazer uso da palavra, **o senhor Tony**, catador de material reciclável**;** Tony, catador de material reciclável e integrante da Cooperativa Cata Norte, agradeceu ao vereador Dr. Santana pela realização da audiência pública e ressaltou a importância de dar voz às demandas dos catadores de Porto Velho. Ele lembrou que a comunidade da Vila Princesa foi formada há mais de 30 anos por trabalhadores do lixão e que muitos perderam sua principal fonte de sustento após o fechamento do local. Relatou as dificuldades enfrentadas para a organização em associações e cooperativas, destacando o longo processo de mais de 15 anos até a regularização da Cata Norte. Apesar disso, os catadores hoje são reconhecidos como profissionais pela Caixa Social Trabalhadora. Tony apresentou uma nota técnica elaborada pelo Ministério Público do Trabalho e pela Defensoria Pública da União, que orienta gestores públicos sobre como realizar a inclusão socioprodutiva dos catadores após o fechamento dos lixões, seja pela implementação da coleta seletiva ou pela contratação de entidades representativas. Ele enfatizou que muitas famílias estão atualmente sem condições de se manter, pois o auxílio temporário concedido por 12 meses já foi encerrado, deixando os catadores sem renda e sem oportunidades de trabalho. Finalizou reforçando a necessidade de valorização e pagamento pelo serviço prestado pelos catadores e colocando-se à disposição para compartilhar o documento técnico que pode subsidiar políticas públicas nesse sentido. Para fazer uso da palavra morador da Vila Princesa, **senhor Francisco Moreira;** Francisco Moreira, morador da Vila Princesa há 35 anos e um dos fundadores da comunidade, fez um apelo aos vereadores e autoridades presentes para que olhem com mais atenção para as necessidades locais. Ele destacou a falta de escola na vila, o que impede muitas crianças de estudarem por não terem condições de pagar transporte até a cidade. Ressaltou também problemas básicos, como ruas sem manutenção e a escassez de água, pedindo que a CAERD instale uma caixa maior para atender os moradores. Francisco reforçou a importância do trabalho dos catadores e da cooperativa Cata Norte, lembrando que já atuou nela por cerca de 15 anos, mas que hoje a entidade conta com poucas pessoas e precisa de apoio para se fortalecer. Ele defendeu que a cooperativa, por ter origem na Vila Princesa, deveria receber emendas parlamentares para beneficiar diretamente a comunidade, ajudando na geração de emprego e na melhoria da qualidade de vida. Francisco lamentou que muitos moradores vivem de bicos e diárias para sobreviver, destacando que a comunidade está esquecida. Por fim, cobrou a retomada ou criação de novos auxílios para as famílias da vila, apontando que o benefício anterior era insuficiente e desigual, já que em casas onde várias pessoas trabalhavam no lixão apenas uma recebia, deixando os demais sem apoio. Para fazer uso da palavra **Maria Madalena Ferreira**, geógrafa e professora aposentada; Senhora Maria destacou seu histórico de acompanhamento da situação da Vila Princesa desde a época da instalação do aterro sanitário, que posteriormente se transformou em lixão. Relatou a experiência vivida junto com colegas e alunos em estudos e diagnósticos ambientais da região, lembrando as condições precárias enfrentadas pelos moradores e trabalhadores do local ao longo das décadas. Ela ressaltou que a Vila Princesa representa um problema crônico ignorado pelos gestores públicos, que têm

Documento assinado digitalmente.Acesse https://ecmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC A8A69219

obrigação legal de intervir. Defendeu que a prefeitura deve elaborar e executar um plano completo e concreto, envolvendo a remediação do antigo aterro e a urbanização da comunidade, com equipamentos públicos, infraestrutura e serviços básicos. Maria Madalena explicou que a região apresenta grandes limitações para abastecimento de água, devido às características do subsolo, e reforçou a necessidade de estudos técnicos mais aprofundados, incluindo análises geoquímicas e para garantir segurança à população. Alertou que um aterro fechado não pode ser simplesmente abandonado, pois representa riscos de gases tóxicos, instabilidade do solo e contaminação, devendo ser constantemente monitorado por especialistas. Como exemplo positivo, citou o Parque Villa-Lobos em São Paulo, construído sobre um aterro, mas com monitoramento permanente de gases e condições ambientais. Nesse sentido, sugeriu que Porto Velho adote experiências semelhantes. Por fim, pediu ao vereador Dr. Santana que inclua na pauta da audiência a remediação do aterro e a construção de um planejamento participativo, com envolvimento direto da comunidade em oficinas e debates, de forma a transformar promessas em ações concretas e efetivas para a Vila Princesa. Para fazer uso da palavra o **Vereador Everaldo Fogaça;** O vereador Everaldo Fogaça destacou que a audiência pública foi proposta pelo vereador Dr. Santana e possui embasamento na Lei Orgânica do Município de Porto Velho, na Constituição Estadual e na Constituição Federal. Explicou que o encontro foi amplamente convocado, com convites a secretarias municipais, Ministério Público estadual e federal, além da população em geral, por meio do Diário Oficial e mural da Câmara Municipal. Ele ressaltou que o objetivo da audiência é ouvir a comunidade e, a partir disso, elaborar um plano de trabalho, possivelmente com a criação de uma comissão de vereadores, para buscar ações concretas em benefício dos moradores da Vila Princesa e daqueles que tiravam seu sustento do lixão. Fogaça lembrou que, mesmo após quase dois anos do fechamento do lixão, os problemas persistem, como a situação precária das ruas e a dificuldade de sobrevivência das famílias. Também enfatizou que a questão da coleta de lixo em Porto Velho ainda não foi resolvida, estando em disputa judicial a definição da empresa responsável pelo serviço. Por fim, reforçou a importância da audiência como espaço de debate para avançar em soluções definitivas para a Vila Princesa, para a coleta de lixo e a coleta seletiva no município, visando uma cidade mais justa e melhor para toda a população de Porto Velho. Para fazer uso da palavra o **Vereador Dr. Breno Mendes;** O vereador iniciou sua fala cumprimentando a mesa diretora, os moradores da Vila Princesa e o presidente da Associação dos Catadores, Tony. Destacou a fala da professora Maria Madalena, ressaltando a importância das audiências públicas como espaço democrático de aproximação entre a sociedade civil organizada e os parlamentares, que muitas vezes estão distantes da base. Apontou que a atual legislatura da Câmara de Porto Velho tem 16 vereadores em primeiro mandato e 8 reeleitos, muitos com formação em Direito, mas frisou que o conhecimento técnico só tem valor quando aplicado para ajudar a população que mais precisa. Em seguida, explicou a situação jurídica e administrativa envolvendo o contrato de coleta e destinação de resíduos sólidos do município. Recordou que o contrato em vigor foi anulado pelo Tribunal de Contas, restabelecido pela Justiça, mas ainda cercado de impasses, levando à possibilidade de troca de empresa em outubro de 2025. Para ele, isso gera enorme insegurança, podendo causar o mesmo caos vivido em 2018, quando o fechamento do aterro resultou em quatro dias sem coleta de lixo em Porto Velho. Breno Mendes relembrou sua experiência como presidente da Parceria Público-Privada (PPP) da limpeza urbana em 2016, enfatizando que a participação dos catadores foi prevista nessa concessão e que, se o contrato da PPP for cumprido, mais de 90% dos problemas da Vila Princesa serão resolvidos, garantindo trabalho, renda e dignidade aos moradores. O vereador afirmou que hoje o município vive um “limbo jurídico” e que a solução depende não apenas do Executivo e do Legislativo, mas principalmente das decisões do Judiciário e do Tribunal de

Documento assinado digitalmente.Acesse https://ecmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC A8A69219

Contas. Criticou o distanciamento dessas instituições, ressaltando que decisões tomadas “em gabinetes com ar-condicionado” afetam diretamente a vida da população. Finalizou pedindo mobilização da comunidade nos próximos dias, para acompanhar de perto os desdobramentos e cobrar respostas das autoridades competentes. Ressaltou que os moradores da Vila Princesa não querem apenas auxílios temporários, mas sim condições para trabalhar com dignidade. Em nome dos 23 vereadores, garantiu apoio total à causa, parabenizando o vereador Dr. Santana pela iniciativa da audiência. Para fazer uso da palavra o universitário de curso de Direito da Faculdade de São Lucas, **Emerson Batista;** O universitário de Direito da Faculdade São Lucas, Emerson Batista, iniciou sua fala se apresentando como cidadão e cabeleireiro que está ingressando na área jurídica. Ele destacou a honra de participar da audiência e de ouvir os relatos da comunidade e das autoridades presentes. Emerson afirmou que a Vila Princesa representa histórias de luta e superação e que os catadores de materiais recicláveis têm um papel essencial na sustentabilidade de Porto Velho, embora sejam muitas vezes invisibilizados e esquecidos pelo poder público. Ele ressaltou que as melhorias reivindicadas pela comunidade vão além da infraestrutura, envolvendo também dignidade, reconhecimento e valorização do trabalho dos catadores. Mencionou necessidades como habitação adequada, educação, capacitação, apoio às cooperativas e políticas de inclusão. Concluiu que a transformação da Vila Princesa deve ser encarada como uma questão de justiça social e ambiental, defendendo que toda a sociedade tem responsabilidade em garantir condições dignas de vida e de trabalho aos moradores da localidade. Para fazer uso da palavra **Tércia Marília,** Secretária- adjunta da SEMIAS (Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social); Tércia Marília, iniciou sua fala cumprimentando a mesa, as autoridades presentes e, em especial, as mulheres da Vila Princesa, representadas pela presidente da Associação de Mulheres, Giovana. Ela relatou que, em junho deste ano, a SEMIAS realizou um estudo psicossocial na comunidade, identificando cerca de 350 famílias, em sua maioria chefiadas por mães solo, muitas delas com filhos e algumas com crianças com deficiência. Segundo Tércia, essas famílias enfrentam graves dificuldades de subsistência e vulnerabilidade alimentar, mesmo quando já recebem benefícios como o Bolsa Família. Destacou que a principal característica da comunidade é a desproteção social, especialmente entre mulheres e crianças, e que muitas ainda carecem de documentação atualizada e atualização do Cadastro Único. Ressaltou a importância do fortalecimento de vínculos familiares como forma de proteção contra violações, e anunciou que a SEMIAS realizará um novo estudo biopsicossocial, além de ações imediatas de cidadania e apoio alimentar. Tércia também trouxe demandas levantadas pelas próprias mulheres da comunidade, como o desejo de alfabetização e acesso à educação de jovens e adultos (EJA). Informou que a SEMED já sinalizou a possibilidade de criar turmas seriadas de EJA na Vila Princesa a partir do próximo ano. Ela enfatizou que é fundamental incluir a Vila Princesa no orçamento público municipal, para que haja avanços reais. Apontou que apenas medidas emergenciais não são suficientes, sendo necessário investir em formação profissional, autonomia e geração de renda. Nesse sentido, anunciou a adesão ao “Programa Federal Acessuas Trabalho”, que prepara pessoas em vulnerabilidade para o mercado de trabalho. Por fim, destacou iniciativas como o apoio à regularização da Associação de Mulheres da Vila Princesa e informou que está buscando, junto à prefeitura, a perfuração de um poço artesiano para garantir abastecimento de água à comunidade, lembrando que “água é dignidade”. Concluiu reforçando o compromisso da assistência social em trabalhar em rede, com participação popular, para melhorar as condições de vida da Vila Princesa. Para fazer uso da palavra **Geovana Sabino**, moradora da Vila Princesa, representou a comunidade e as mulheres, destacando que sua luta por melhorias é um bem para todos e não apenas para si mesma. Ela agradeceu o apoio do vereador Santana e da Tércia por darem voz à comunidade, que, segundo ela, sempre foi esquecida e deixada de lado. A

Documento assinado digitalmente.Acesse https://ecmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC A8A69219

moradora enfatizou que os residentes da Vila Princesa são seres humanos com dignidade e que buscam por direitos, e não por cestas básicas. Geovana mencionou que um benefício de 12 meses não compensa o trabalho de uma vida inteira no lixão, e que a comunidade enfrenta dificuldades como a falta de infraestrutura, incluindo o abastecimento inadequado de água, transporte escolar e locais de lazer. Ela também pontuou que a distância e o estigma em relação à Vila Princesa dificultam o acesso dos moradores ao mercado de trabalho, apesar de muitos terem formação. A representante da comunidade ressaltou a discriminação que os moradores sofrem e a dificuldade de acesso a serviços básicos como a saúde, citando pessoas que aguardam por cirurgias há mais de 10 anos. Ela destacou a criação da Associação de Mulheres da Vila Princesa, com mais de 114 integrantes, muitas delas mães solos que têm o Bolsa Família cortado ou que não conseguem se sustentar com a renda do programa. Por fim, Geovana defendeu a dignidade e a luta contínua da comunidade por um olhar diferente, pedindo apoio para a Associação de Mulheres. Ela mencionou a meta de construir uma sede para oferecer cursos, apoio psicológico e capacitação, permitindo que as mulheres alcancem independência financeira, e finalizou seu discurso reforçando seu compromisso de lutar pela comunidade até o fim. Para fazer uso da palavra **Tiago Fernandes Lima da Silva**, Diretor Técnico Operacional (DTO) da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD) em Porto Velho; Tiago cumprimentou os membros da mesa e os moradores da Vila Princesa, afirmando que a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD) está disponível para trabalhar em conjunto com a Câmara de Vereadores para atender a população local. Ele explicou que, por ser uma empresa pública, a CAERD precisa que o processo de regularização fundiária da Vila Princesa seja concluído para poder atuar de forma oficial na comunidade. Tiago se comprometeu a incluir a Vila Princesa no plano de trabalho da companhia e destacou que a Lei das Microrregiões de 2021, que visa universalizar o saneamento em Rondônia, prevê que a Vila Princesa seja atendida dentro do cronograma estabelecido para alcançar 99% de água potável e 90% de coleta e tratamento de esgoto até 2033. Ele também mencionou que a CAERD tem enviado equipes para atender solicitações da comunidade, como a verificação de poços. Sobre o poço existente, Tiago se comprometeu a verificar com o Comitê de Crise Hídrica do governo estadual a possibilidade de perfurar um novo poço na comunidade. Caso isso seja viável, ele afirmou que a CAERD agirá rapidamente para estender a rede de água, e que irá se empenhar para obter uma resposta para a comunidade. Para fazer uso da palavra secretária adjunta da SEMUSA, **Mariana Prado;** Em seu discurso, a secretária adjunta da SEMUSA, Mariana, enfermeira de formação, cumprimentou os presentes e agradeceu o vereador Santana por dar voz aos moradores da Vila Princesa. Ela ressaltou que a gestão do prefeito Léo Moraes está comprometida em fortalecer e garantir a qualidade dos serviços de saúde para a comunidade. Mariana mencionou que, logo no início da gestão, visitou a unidade de saúde da Vila Princesa e ficou preocupada com as condições do local. Ela anunciou que o processo de licitação para a reforma já foi concluído e que a ordem de serviço será emitida em breve. No entanto, ela explicou que não é possível fechar a unidade para a reforma, pois ela atende mais de 500 pessoas por mês. Por essa razão, a SEMUSA buscou uma solução para realocar o serviço e firmou uma parceria com a Igreja Madureira, que cedeu um espaço para a unidade de saúde. A secretária adjunta garantiu que, no máximo em 60 dias, a unidade será transferida e a obra de reforma começará permitindo que o atendimento à comunidade continue sem interrupções. Em relação à espera por cirurgias, mencionada pela moradora Geovana Sabino, Mariana assegurou que a SEMUSA está trabalhando para aumentar a oferta de procedimentos cirúrgicos no município, em parceria com o governo federal e outras entidades. Ela destacou que as mulheres da Vila Princesa serão prioridade, já que muitas são as líderes de suas famílias. A secretária finalizou sua fala agradecendo o apoio e reforçando que o trabalho da prefeitura é focado em garantir a dignidade da população. Para fazer uso da palavra

Documento assinado digitalmente.Acesse https://ecmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC A8A69219

Alany Gomes da Silva, Coordenadora de Desenvolvimento Social da SEAS (Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social); Alany cumprimentou os presentes e agradeceu ao vereador Dr. Santana pelo convite. Ela iniciou seu discurso afirmando que a SEAS, por meio da secretária Luana Rocha, reativou a política pública de apoio aos catadores, que estavam "invisíveis" no estado de Rondônia. Alany destacou algumas ações da SEAS, como a realização de dois grandes encontros de catadores, em 2023 e 2024, que proporcionaram um espaço de discussão e qualificação para a categoria. Ela explicou que, nesses eventos, a secretaria oferece hospedagem, transporte e alimentação de qualidade, além de palestras com especialistas para orientar sobre como regularizar cooperativas, aumentar a renda e vender materiais. Outro ponto importante abordado foi a aquisição de 2.000 kits de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), um investimento de R$ 750 mil que, segundo ela, é essencial para garantir a segurança dos catadores, que lidam diretamente com materiais insalubres. Ela afirmou que a entrega desses kits já começou na Vila Princesa e se estenderá por todo o estado. A coordenadora também mencionou que a SEAS está buscando soluções para problemas estruturais, como a falta de uma lei de logística reversa que garanta que os materiais recicláveis sejam destinados aos catadores, e a alta carga tributária para a compra de equipamentos. Alany finalizou sua fala agradecendo a oportunidade e se solidarizando com a realidade da comunidade. Ela enfatizou que a secretaria está comprometida em apoiar os catadores, buscando aprovar uma lei que torne obrigatória a destinação correta dos resíduos recicláveis para os catadores. Para fazer uso da palavra, representante do Secretário de Educação do Município Professora **Francisca da Chagas;** Em sua fala, a professora Francisca da Chagas, ou Professora Chaguinha, que representa o Secretário de Educação, Professor Leocádio, cumprimentou a todos e informou que está ciente das demandas da comunidade. Ela destacou que, para o próximo ano letivo, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) irá atender ao pedido da Vila Princesa para a implantação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno. A professora pediu que a comunidade elabore uma lista de interessados, já que a oferta não existia por falta de demanda prévia. Chaguinha, que conhece a Vila Princesa há anos, confirmou que o poço que atende a comunidade foi construído pela escola e reconheceu a necessidade de mais um poço para suprir a demanda. Por fim, a professora esclareceu a questão do transporte escolar, informando que a SEMED é responsável por atender alunos do 1º ao 5º ano, que não necessitam de ônibus, enquanto o transporte para os alunos do 6º ao 9º ano é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). Ela concluiu se colocando à disposição da comunidade e parabenizou a todos por buscarem seus direitos. Para fazer uso da palavra o **Vereador Marcos Combate;** O vereador iniciou sua fala cumprimentando o vereador Santana pela iniciativa da audiência pública, que ele considera fundamental para dar voz aos moradores da Vila Princesa. Ele manifestou sua indignação com a situação da comunidade, destacando que a única fonte de renda dos moradores foi tirada, e que o auxílio de R$ 1.000,00 oferecido é insuficiente para sustentar as famílias, especialmente as que são chefiadas por mães e pais solteiros. Marcos Combate criticou as medidas consideradas paliativas, como a entrega de EPIs, argumentando que a população precisa de soluções concretas e permanentes, como a geração de emprego e renda. Ele cobrou o governo do estado e o município de Porto Velho para que criem políticas públicas que garantam a dignidade dos moradores. O vereador sugeriu que os grandes contratos, que muitas vezes são dados a empresas de fora, incluam uma porcentagem de contratação de mão de obra local. Além disso, o vereador defendeu a regularização fundiária da Vila Princesa, afirmando que a falta de títulos de propriedade impede que os moradores tenham acesso a créditos e investimentos. Ele também questionou os dados da SEMASF sobre a população em situação de rua, pedindo que a secretaria realize um mapeamento preciso das famílias da Vila Princesa para que as políticas de assistência social

Documento assinado digitalmente.Acesse https://ecmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC A8A69219

cheguem a quem realmente precisa. Marcos Combate encerrou sua fala pedindo a criação de uma nova audiência pública, com a presença do prefeito e do governador, para que soluções concretas sejam apresentadas. Ele reforçou que a comunidade da Vila Princesa, formada por pessoas decentes e honestas, merece políticas públicas que garantam emprego, saúde e educação de qualidade para todos. Para fazer uso da palavra o **Vereador Nilton Souza;** Em sua fala, o vereador cumprimentou as autoridades e os moradores da Vila Princesa, destacando a importância da audiência pública para discutir os problemas da comunidade. Ele ressaltou a dificuldade de viver em uma área que, por muito tempo, foi insalubre e que o trabalho dos moradores, que vivem da coleta de materiais recicláveis, é de suma importância para a cidade. Nilton Souza anunciou que protocolou um projeto de lei complementar que autoriza o Poder Executivo a conceder um benefício financeiro, chamado de "Benefício Eventual de Proteção Ambiental (BEP)", para os catadores em situação de vulnerabilidade social. O objetivo é que esses moradores possam continuar recebendo o auxílio que é de direito deles. O vereador informou que também encaminhou um ofício para a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária (Semur) pedindo informações sobre o andamento e o cronograma do processo de regularização das terras na Vila Princesa. Ele solicitou dados sobre levantamento topográfico, cadastro social, análise técnica, e a emissão dos títulos de propriedade. Nilton Souza concluiu sua fala destacando a necessidade de uma Unidade Básica de Saúde e de uma creche na Vila Princesa, e reconheceu que, embora os problemas sejam complexos, o compromisso de trabalhar em conjunto com os demais vereadores irá contribuir para a solução dessas demandas. Ele finalizou reafirmando seu compromisso em trabalhar com a verdade, de forma participativa, e em apoiar a comunidade. Para fazer uso da palavra **Dr. Francisco Mateus,** presidente da Comissão de Direitos Sociais da OAB; Em seu discurso, Francisco Mateus, cumprimentou os presentes e agradeceu o convite para participar do debate. Ele enfatizou a função social da OAB, que, além de fortalecer a advocacia, atua na defesa dos direitos da sociedade. Francisco compartilhou sua experiência pessoal, relatando que, como morador da periferia de Porto Velho, conhece de perto a realidade de vulnerabilidade social. Ele destacou que a Vila Princesa foi historicamente invisibilizada e que a comunidade enfrenta a violação de diversos direitos diariamente. O advogado reforçou a importância da criação de políticas públicas em parceria com diferentes instituições e órgãos, sugerindo um diagnóstico jurídico e fundiário, além de um planejamento socioambiental que inclua a participação direta da comunidade. Por fim, ele se comprometeu a levar as demandas da Vila Princesa para debate nas reuniões mensais da OAB e a buscar formas de contribuir com um plano de trabalho para trazer melhorias para a comunidade. Para fazer uso da palavra **Rafael Wiil,** coordenador jurídico da SEMED; iniciou sua fala explicando que atua diretamente no gabinete do secretário Leucádio. Ele se referiu à fala da secretária Mariana sobre o transporte escolar e esclareceu, com base em informações de sua equipe, que o transporte do município está regular e que a escola da Vila Princesa não precisa de um ônibus escolar, pois atende crianças da própria região. Will mencionou que existe um ônibus em parceria com o governo do estado que atende à linha para o Jaci. No entanto, ele informou que a responsabilidade pelo transporte de alunos do 6º ano em diante é do estado, e se comprometeu a verificar a situação para ver o que a SEMED pode fazer para ajudar. Em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), Rafael Will complementou a fala da professora Chaguinha, confirmando que a SEMED recebeu uma lista com 17 nomes de moradores da Vila Princesa que desejam estudar. Ele reforçou que, devido ao calendário escolar, não será possível implementar o EJA este ano, mas a secretaria já está trabalhando para montar turmas para 2026. A ideia é criar turmas multisseriadas para atender aos primeiros ciclos do EJA, com o objetivo de futuramente também atender os ciclos mais avançados, que são de responsabilidade do estado, mas que a SEMED buscará o diálogo com o governo estadual

Documento assinado digitalmente.Acesse https://ecmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC A8A69219

para atender à população da melhor forma possível. Para finalizar fez o uso da palavra o **Presidente desta Sessão, Vereador Dr. Santana;** O vereador Dr. Santana informou que fará os devidos encaminhamentos da audiência pública, elaborando um relatório de todas as demandas apresentadas e encaminhando-o aos gabinetes dos vereadores, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, aos desembargadores e ao prefeito Léo Moraes. Ressaltou que pretende implementar medidas imediatas, inclusive no orçamento em discussão, e buscar apoio da bancada federal e estadual para destinar recursos à comunidade. Ele destacou a necessidade de atualizar o CadÚnico, resolver pendências do Bolsa Família, retomar a distribuição de cestas básicas e dialogar com a CAERD para a implantação de um segundo poço de água. Garantiu que não ficará no comodismo, reforçando o compromisso de cobrar melhorias e reconhecer avanços quando acontecerem. O vereador agradeceu a presença de lideranças, autoridades, secretários e parlamentares, citando nominalmente alguns colegas, e anunciou que dentro de 30 dias voltará a cobrar os encaminhamentos discutidos, mantendo a comunidade informada. Nada mais havendo a tratar, invocou a proteção de Deus, e encerrou a **Sessão Especial** às onze horas e quinze minutos. O inteiro teor da Sessão foi gravado, e os arquivos de áudios, farão parte deste documento. E, para constar, a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação.

Documento assinado digitalmente.Acesse https://ecmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC A8A69219

Assinado por **Francisco Gedeão Bessa Holanda De Negreiros** - - Em: 11/09/2025, 10:26:28

Documento assinado digitalmente.Acesse https://ecmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC A8A69219